

A ESCOLA NORMAL DE CURITIBA E O PIONEIRISMO DE JULIA WANDERLEY

Maria Isabel Moura Nascimento¹

Nilvan Laurindo Sousa²

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Apoio: Fundação Araucária

RESUMO

O presente artigo visa contribuir com a história da educação do Paraná, especificamente no que tange a instrução pública, a Escola Normal e ao discurso contido nos relatórios da Instrução Pública que apontavam para uma necessidade urgente de um processo de instrução feminina no estado. Este trabalho visa ainda evidenciar o processo de ingresso da primeira normalista do Paraná, a Professora Júlia Wanderley, sua contribuição intelectual e toda uma vida de dedicação a Educação Paranaense na direção da Escola Tiradentes. A professora Júlia viveu em um contexto de profundos preconceitos sociais, onde imperava o patriarcalismo como estrutura da vida social brasileira, seu trabalho e engajamento para com a educação, seguiu na contramão da história de um tempo em que à mulher só era permitida a uma vida privada, excluída do espaço público, ao serviço doméstico e a coabitação conjugal. Ela se apresenta como uma intelectual reconhecida e admirada por todos, deixando um legado de toda uma vida a serviço da educação contribuindo para a história da educação paranaense e do Brasil.

Palavras-chave. História da Educação, Escola Normal, Júlia Wanderley.

THE NORMAL SCHOOL OF CURITIBA AND PIONEERS OF JULIA WANDERLEY

ABSTRACT

This article aims to contribute to the history of education from Parana, specifically with respect to public education, the Normal School, the discourse contained in the reports of Public Instruction, which indicated an urgent need for a process of female education in the state. This work also aims to show the process of joining the first normally Parana Professor Julia Wanderley, her intellectual contribution and lifelong of dedication to education Paranaense in the direction of the School Tiradentes. The Professor Julia lived in a context of deep social prejudices, as dictated by the patriarchal structure of Brazilian social life, her work and commitment with education went opposite of a history, a period when the woman was only allowed one life private excluded from public space, for work only in the domestic service and marital cohabitation, she presents herself as a recognized intellectual and admired by all, leaving a legacy of a lifetime in the service of education contributing to the history of education from Parana and from Brazil.

Keywords: History of Education, Normal School, Julia Wanderley.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

A primeira lei que regulamentava a criação do ensino público e gratuito no Brasil, foi sancionada em 15 de outubro 1827. A descentralização do sistema de instrução pública através de ato adicional à Constituição do Império em 1834, delegando às províncias a regulamentação e a promoção da educação pública primária e secundária em seus territórios, não sendo mais de responsabilidade do governo central. Apesar da lei que regulamentou o ensino público e gratuito, mas que na prática o ensino era oferecido apenas àqueles que podiam financiá-lo.

Com o avanço do regime capitalista industrial há um processo de hierarquização das profissões, agregando-se valor condizentes com as ideologias das novas exigências do mundo industrializado. O Século XVIII é marcado pelo desenvolvimento do trabalho, da manufatura para a indústria. Nesse contexto, o magistério sofre desprestígio. As transformações da sociedade no fim do século XVIII e no século XIX refletiram nas práticas educacionais e conseqüentemente nas escolas como uma de suas principais instituições.

A Instrução pública elementar no Brasil surgiu sob circunstâncias bastante desfavoráveis, o número de escolas era muito inferior ao número de habitantes, estando longe de satisfazer as necessidades da população dispersa na grande extensão territorial. O Estado não dava as garantias mínimas de que pudessem favorecer o ensino para o povo, faltavam investimentos para a formação de professores, prédios e materiais escolares, métodos pedagógicos e currículo. A educação não fora tratada como uma necessidade nacional, como um direito de seu povo, mas como uma concessão para muitos.

A província do Paraná não era diferente do restante do País, 1854 torna-se independente da província de São Paulo, com a proclamação da república, 1889 o Paraná deixa de ser província tornando-se um Estado. São inúmeras as dificuldades em administrar a província em detrimento da consolidação da economia, da administração e da política. A instrução pública ressoava como a resolução dos problemas da nova república, seria responsável pelo engrandecimento da província.

Os profissionais que integravam o sistema público, eram ex profissionais autônomos que ministravam aulas como professores particulares escolhidos e pagos pelos pais, eram dotados de experiência na função de ensinar. Esses profissionais formados no próprio trabalho e respeitados pelos pais e comunidade foram passando à condição de empregados do Estado. Há uma nova organização do processo de trabalho, que passou a desprezar o saber do professor e a desvalorização do seu trabalho, baixos salários pelos serviços prestados. O governo não assumia o sistema de instrução pública como sua responsabilidade, transferindo para os professores a culpa de todos os seus insucessos como tão bem retrata o relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Dr. Moysés Marcondes.

O professor público ignorante continuará a não merecer o respeito e confiança das famílias; o magistério, que nos países adiantados é uma das mais nobres carreiras, continuará a ser um lugar de tormento de que elas fogem, e o povo permanecerá no mesmo estado de ignorância em que vegeta hoje.

Este estado de coisas não deve continuar a ser alimentado. A província deve esforçar-se a fim de molhá-lo e a sociedade deve auxiliar o governo com a sua boa vontade. A Instrução pública não pode progredir enquanto a sociedade não se levantar em um corpo, movido por uma idéia única – a fazê-la avançar. (MARCONDES, 1882)

O baixo prestígio profissional, a pouca valorização do magistério e o processo de industrialização impulsionando outras demandas de trabalho e formação culminam na evasão do sexo masculino do magistério. Todavia, o movimento republicano com o discurso dando ênfase na importância e na difusão da instrução pública para combater as altas taxas de analfabetismo da nação.

Em 1865, já se discutia a necessidade de uma escola para a formação de professores. Nesta data a Assembléia provincial discutia importância de estabelecer um plano fundamental para o ensino vindo como primordial para a consecução deste objetivo a criação de uma Escola Normal. Em 1867, foi proposto a supressão das escolas de 2º Grau e a criação, na capital, de uma escola preparatória para a formação de professores – A Escola Normal. Tal proposta, contudo, não foi colocada em prática.

Para solucionar os problemas, quanto à questão da habilitação de professores, como solução, foi indicado a criação de uma Escola Normal, a qual foi criada pela Lei nº nº 278 de 19 de abril de 1870.

Para formar professores do ensino primário, dignos de sua missão, as escolas normais são tão indispensáveis como os seminários para formar bons sacerdotes. [...]. As escolas normais são uma dessas instituições que se assinalam por um caráter de necessidade comum à educação moral de todos os povos. . [...]. A voz que fazem ouvir todas as províncias do império sobre o estado do ensino primário é unânime em proclamá-lo como fraco e viciado em suas fontes. É nas Escolas Normais que existe o único meio seguro de melhorar tal estado de coisas, de satisfazer as necessidades do tempo e do progresso de nossa civilização”.(BARROS,1870)

Em 1871 a província tinha como Presidente Venancio José de Oliveira Lisboa que apesar de ter a instrução pública como uma das suas preocupações, não criou as condições necessárias para a inauguração de uma Escola Normal no Paraná, como as outras províncias para preparar professores.

Preparação dos professores pela escola normal. A Lei 278 de 19 de Abril deste ano, que criou essa escola, não satisfaz o fim da instituição. Condições necessárias para a admissão dos alunos. Programa de estudos que deve ser adotado. Necessidade de uma escola prática anexa .(BARROS, 1870)

Em 1876, foi instituído o regulamento que autorizava a criação de um Instituto e de uma Escola Normal, no então governo do Presidente da Província do Paraná Adolpho Lamenha Lins. O Curso Normal foi dividido em dois anos.

Apesar da criação desta escola para a formação de professores o magistério sofria desprestígio, salários baixos, falta de condições materiais, entre outras. Com tudo isso houve um desinteresse do sexo masculino para formação do magistério, afinal naquela época apenas o sexo masculino freqüentava a Escola Normal. A situação da Escola Normal, bem como o desprestígio e o desinteresse por esta formação foi retratada em 1882 pelo Diretor Geral da Instrução Pública conforme segue:

A Escola Normal do Paraná não funciona por falta de alunos. V.Ex . que compreende tão bem a necessidade que temos de um corpo docente idoneo, proporá sem dúvida ao corpo legislativo provincial, sérias

medidas para melhorar o estabelecimento que deve preparar professores para as nossas escolas. [...] Julgo que o único meio de que a província se poderá servir para conseguir com que a escola normal seja devidamente frequentada, está em dar maiores vantagens aos professores diplomados para essa escola, facilitando, ao mesmo tempo, aos atuais professores os meios que habilitem a cursar as aulas desse estabelecimento [...] Para esse fim, imitando o que tem sido feito em outras partes do Império, conceder-lhes licença com vencimentos, ficando eles obrigados a deixar em suas cadeiras substitutos idôneos, pagos a sua custa. Afim de que todos os professores sejam forçados a passar pela Escola Normal, poderá ser determinado um prazo razoável, findo o qual, aqueles que não houverem apresentado à matrícula, ou perderão o direito a suas cadeiras ou sofrerão qualquer ou pena severa que for considerada justa. (MARCONDES, 1882).

Ainda no mesmo relatório o Diretor da Instrução Pública Dr. Moyses relata favoravelmente a possibilidade do Ingresso de Mulheres na Escola Normal:

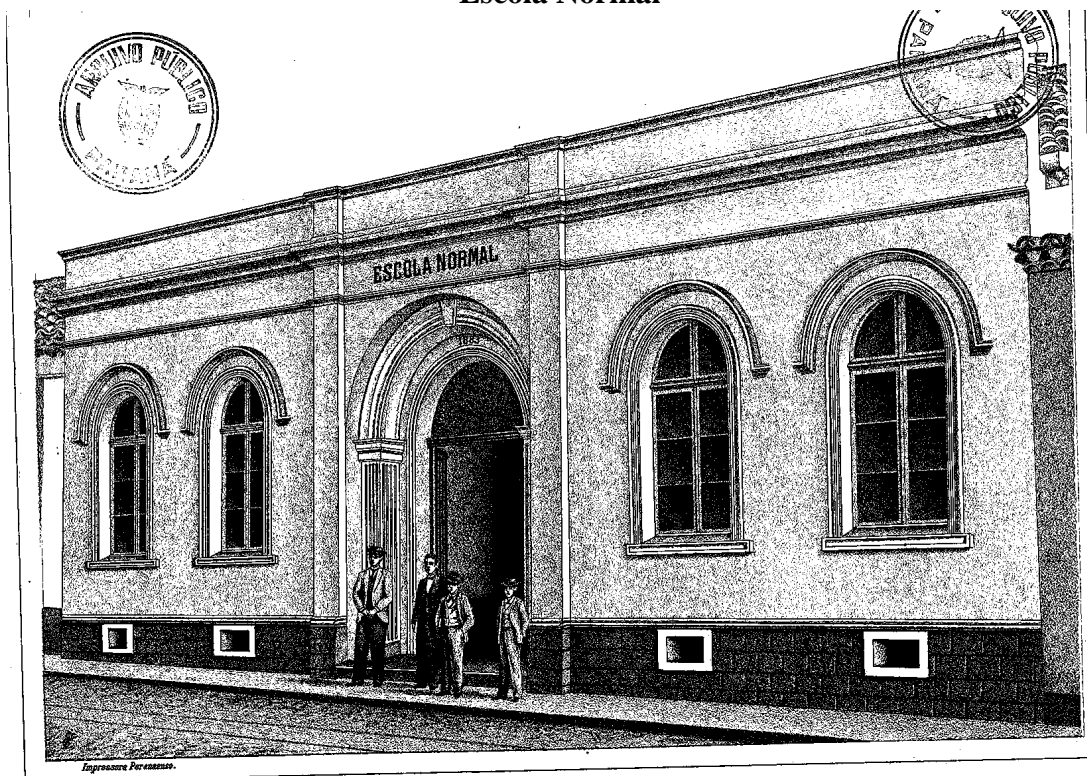
È um fato reconhecido pelos países os mais adiantados que as mulheres são naturalmente mais bem dotadas que os homens para as funções de Ensino primario. Esta verdade é intuitiva desde que considerarmos que para ser mãe, a mulher deve conhecer todos os recantos do coração e do espirito da criança. [...] O magistério é uma carreira que oferece um modo de vida honesto que pode ser abraçado por muitas senhoras desamparadas e que servirá também de garantia felicidade domestica de famílias pobres. [...] Julgo que será de vantagem que a província ofereça maiores facilidades as senhoras que queiram fazer o curso normal e nesse sentido, tenho a honra de repetir aqui a opinião que, verbalmente, já manifestei à V.Ex. sobre a idéia da criação de um pensionato normal para meninas, nesta capital. Nesse pensionato serão recebidas meninas pobres que queiram se dedicar ao magistério. A província encarregar-se-á de fornecer-lhes os meios necessários á vida, nesse estabelecimento, e a instrução Conveniente na escola normal. Aquelas que chegarem ao fim do curso serão obrigadas a ensinar na província um certo número de anos e, se preciso for, de seus ordenados futuros serão descontadas, pouco a pouco, as despesas que com elas possa ter feito a província. (MARCONDES, 1882)

O magistério não oferecia atrativos, não poderia melhorar as condições da classe em função da deficiência pecuniárias, então decidiu-se assegurar a vitaliciedade dos professores depois de cinco anos de exercício efetivo do magistério e conceder tal beneficio aos diplomados pela Escola Normal. Ao findar o ano de 1876, o movimento do Instituto Paranaense já era significativo, eram ofertadas dez disciplinas, para ambos os cursos, totalizando 163 alunos inscritos, sendo que deste trinta e cinco inscritos para as disciplina de gramática filosófica da língua nacional e análise clássica, apenas cinco pertenciam à Escola Normal.

No fim do ano de 1878, o número de alunos matriculados nas nove disciplinas ofertadas no Instituto Paranaense, eram de 107 (cento e sete), destes apenas 61 (sessenta e um) alunos frequentavam efetivamente as aulas, a Escola Normal continuava em funcionamento, porém, com apenas um aluno matriculado no primeiro ano e cinco alunos matriculados no segundo ano.

Em 1882 a Escola Normal deixa de funcionar por falta de alunos, contudo em 1884 foi restaurado o Instituto Paranaense e anexou-lhe a Escola Normal, porém com um orçamento limitado, os planos de estudo de ambos foram reduzidos e os professores passaram acumular matéria de um e de outro curso.

Escola Normal



Fonte: Arquivo Público do Paraná Relatório da Secretaria do Interior da Justiça e da Instrução Pública, em 31 de agosto de 1893,

INGRESSO DAS MULHERES NA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA

Anexa ao Ginásio Paranaense a Escola Normal cujas as aulas são comuns com correspondente Ginásio. A matrícula na Escola Normal, em 1882, foi muito reduzida, resultante da falta quase que absoluta de garantias que a lei nº 42 de 12 de julho de 1892 deu aos professores diplomados pela Escola Normal.

Era preciso conferir aos normalistas certas regalias que lhes devem ser de direito, tais como nomeação independente de concurso, vitaliciedade etc. O discurso que imperava era de que precisa-se preparar bons professores, para que a difusão da instrução se faça de uma maneira a salutar e proveitosa para o povo e honrosa para o Governo, que não deve permitir que se faça do magistério público primário um simples meio de vida, um refúgio de ineptos, de compensar serviço meramente eleitorais, dos mestres, como das boas mães, dependem o futuro dos cidadãos e a grandeza da pátria.

A primeira manifestação oficial de fato para o ingresso de mulheres a Escola Normal ocorreu em 28 de fevereiro 1891, Julia Wanderley dirigiu-se ao Governador do Estado requerendo o mesmo direito dos moços, ou seja, a permissão de matrícula de moças na Escola Normal. Mesmo com a relutância, por parte do governador, foi deferido o seu pedido, porém, impôs-se uma condição: “Não fosse ela a única moça, teria que ter mais outras colegas para ingressar na dita escola”. PILOTTO, 1974.

Sabemos que os relatos já demonstravam um interesse do governo em aproveitar a mão de obra feminina para o exercício do magistério. Para cumprir o determinado, conseguiu três companheiras. Desta forma, terminaram com ela, em novembro de 1892, o curso iniciado em fevereiro do ano anterior, Maria Rosa Gomes, Isabel Guimarães e Cândida Nascimento, pertencia à turma ainda Ernesto Luís de Oliveira, Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza. Júlia e Ernesto obtiveram as mesmas notas de aprovação, com sete distinções e dois plenamentos. Duas inteligências privilegiadas. Desta forma, Júlia consegue o tão sonhado diploma de professora.

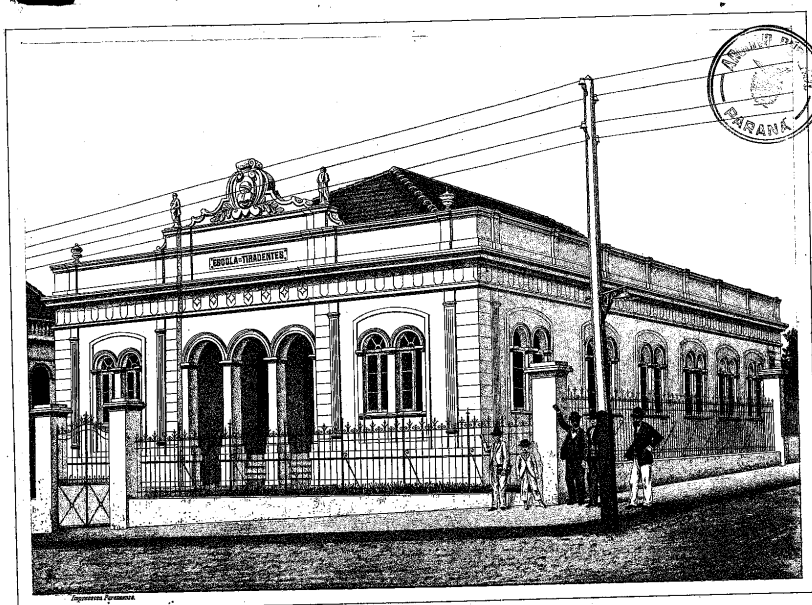
Desta forma o Paraná passa a ter uma liderança feminina e uma figura de destaque no cenário educacional a precoce Júlia Wanderley, discutiu problemas não só de política como também de filosofia e sociologia, com base, principalmente

em conhecimento adquiridos sob a orientação de Justiniano de Melo, o sábio sergipano que muito brilhou em seu tempo, ao ensino no Paraná. Júlia tinha argumentação segura na defesa dos interesses da classe do magistério.

Aos 18 anos, Júlia Wanderley já escrevia sobre evolução das espécies, escritos que poderiam “ser assinado por qualquer naturalista renomado”. ”Era latente na professora o espírito científico”. (PILOTTO, 1974).

Entre seus títulos, merece destaque o fato de ter sido, em 1893, a primeira mulher nomeada pelo Poder Executivo do Paraná para exercer o magistério. Foi regente da 9ª Cadeira de Instrução Primária de Curitiba, os anos seguinte, transferida para a primeira Cadeira da Capital. Foi encarregada da direção da Escola Tiradentes, em fevereiro de 1895

Escola Tiradentes



Fonte: Arquivo Público do Paraná Relatório da Secretaria do Interior da Justiça e da Instrução Pública, em 31 de agosto de 1893,

Escola Tiradentes ampliada



Fonte:

Nostalgia Julia Wanderley, publicado no Jornal Gazeta do Povo em 26/07/2009 em Escola Tiradentes, construída e doada pelo Barão do Serro Azul, ao lado da sua casa, em 1892. Ali, Dona Júlia foi professora e diretora durante toda a sua vida de magistério

Escola Tiradentes Atualmente



Fonte: arquivo pessoal, 20/04/2010 da Escola Tiradentes em Curitiba.

É nesse contexto histórico que Júlia Wanderley escreve para jornais e na Revista Escola, colaborou por vários anos e onde teve seu relatório integralmente publicado em 1906, no qual abordava métodos de ensino e educação e as dificuldades da época.

Relatório Original escrito apresentado ao Diretor Geral da Instrução

Fonte: fotos do Grupo HSTDBR Relatório Original escrito de próprio punho, apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado Excelentíssimo Senhor Arthur .

Família de Júlia Wanderley

Fontes: Nostalgia, Julia Wanderley, publicado no Jornal Gazeta do Povo em 26/07/2009. Dona Júlia com seu marido, Frederico Petrich, e o filho Julinho, em 1905, data de elaboração do Relatório, publicado em 1906.

A professora Júlia Wanderley colaborou com jornais curitibanos, sobretudo. “O Artista” e “Operário Livre”, divulgando as doutrinas, temas relativos á questão social, muitas vezes assinados com o pseudônimo de Augusta de Souza. Em 1912, ela elaborou um método de redação que foi aplicado as suas alunas.

Em 9 de dezembro de 1915, D. Julia foi designada Membro do Conselho Superior do Ensino Primário e em 27 de dezembro de 1915 foi também designada professora e diretora da Escola Intermediária, cujo curso daria as diplomadas matriculadas na Escola Normal.

Júlia em 1915, Período em que Integra o Conselho de Superior do Ensino Primário



Fonte: Nostalgia Julia Wanderley, publicado no Jornal Gazeta do Povo em 26/07/2009 Júlia Wanderley e o filho adolescente, em 1915

De formação católica e idéias socialistas, Júlia Wanderley adotou o pseudônimo de Augusta de Souza para assinar muitos artigos. Não há registros se aquela atitude foi determinada por modéstia ou por constrangimento imposto pelos preconceitos da época que não admitiam a participação da mulher na vida política. Realmente, o direito ao voto feminino somente foi consagrado pelo Código Eleitoral de 1932, baixado pelo Decreto n° 21.076, de 24 de fevereiro daquele ano.

Júlia Wanderley faleceu em Curitiba, no dia 05 de abril de 1918. O busto da educadora, talhado por João Turin, encontra-se em bronze na Praça Santos Andrade enquanto o original, em gesso, está no Museu que tem o nome do escultor paranaense.

Essa educadora brasileira dá o nome a algumas Escolas no Paraná, assim como é homenageada também como nome de rua, dentre as inúmeras homenagens a ela prestadas.

Homenagem, a Mestra, na Gazeta do Povo pelo dia do Professor



Fonte: Gazeta do Povo, Curitiba, 15 de outubro de 1972

Inúmeras foram às manifestações de carinho em matérias em Jornais evidenciando a Professora como uma grande mestra, como está da Gazeta do Povo datada de 15/10/1972 onde temos uma foto de D. Júlia com seus alunos na Frente da Escola Tiradentes e uma das últimas fotos da Professora que partiu aos 44 anos de idade e gerou uma comoção em Curitiba.

Neste breve relato, colhido de artigos, documentos de intelectuais, ao referenciar esta professora, percebe-se a forma admirável com que eles referenciavam-na, os quais não poupavam adjetivações ao falarem da mestra, evidenciando o espírito pioneiro e a contribuição desta professora no que tange a formação, profissionalização e a inserção da mulher no exercício do magistério, bem como sua luta incessante e assim dizia: “Querida a mulher instruída e educada, meiga e forte”. (WANDERLEY, 1905). Seus textos deram um testemunho, naquele contexto histórico, de que as mulheres podiam ser tão cultas quanto os homens.

Prêmio para estimular mais alunas a frequentarem a Escola Normal:

Em 1893, é estabelecido um prêmio denominado D. Paulina do Amaral para a aluna que saísse da Escola Normal com maior distinção, brilhantismo e juízo da congregação da mesma escola, uma caderneta da caixa Econômica com a quantidade de 50\$000 (cinquenta mil réis) que foi transcrito em um livro de registro que faz parte do arquivo da Escola Normal e do Ginásio Paranaense. (AMARAL E SILVA, 4-11-1893)

Em relatório de 31 de agosto de 1895, o secretário Caetano Alberto Munhoz relata o aumento de ingresso de mulheres no magistério, em função, sem dúvida, das garantias oferecidas as normalista em lei nº 438 de 31 de dezembro de 1894, conforme detalhamento de matrículas abaixo.

Relação de Alunas matriculadas na Escola Normal em 1895

	NOMES	DATA DA MATRICULA	MATERIAS
1	D. Severiana Maria da Conceição	23 de Fevereiro de 1895	4.º ano da Escola Normal
2	D. Maria Leocadia Pinheiro Brandão	» » » » »	» » » » »
3	D. Minervina Wanderley	» » » » »	» » » » »
4	D. Maria do Carmo Gomes.	» » » » »	» » » » »
5	D. Etelvina Soares Paquete.	» » » » »	» » » » »
6	D. Maria Gravina	28 » » » » »	» » » » »
7	D. Alice Munhoz de Souza Ribas	28 » » » » »	» » » » »
8	D. Maria Karnak Dorica de Azevedo Portugal.	» » » » »	» » » » »
9	Alvim Schmitd	» » » » »	» » » » »
10	D. Catharina Aurora Cardoso	28 » » » » »	» » » » »
11	D. Prisciliana Lobato	» » » » »	» » » » »
12	D. Celina de Sá.	» » » » »	» » » » »
13	D. Amelia Marques.	28 » » » » »	» » » » »
14	D. Etelvina Vicentina dos Santos	» » » » »	» » » » »

Fonte: Secretaria do Interior Justiça e Instrução Pública, 31 de agosto de 1895

Como vimos no quadro acima que as políticas implementadas e os apelos ao trabalho das mulheres surtiram efeitos, as mulheres viam aí uma oportunidade de se alcançar o espaço público com a aprovação social. Ser uma servidora da pátria, como professoras, era uma possibilidade de comunicação com o espaço público, legitimadas independente do casamento. Percebe-se no discurso do estado favorável a inserção da mulher no magistério, os quais diziam que as mulheres eram as substitutas ideais, virtuosas econômicas, abnegadas, adjetivações, para elas, coerentes com o ofício de ensinar. Porém, este era o mesmo discurso que embasava a separação dos sexos nas escolas, os quais geraram desvantagem a formação das Mulheres. Enquanto os homens buscavam novos campos de atuação com melhor remuneração e valorização, as mulheres iam sendo chamadas em nome de suas qualidades morais superiores, para o exercício do magistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, mesmo que de forma breve, orienta a uma percepção de que o ingresso das mulheres na Escola Normal está diretamente vinculada ao processo de construção do sistema de educação popular na sociedade brasileira. As insuficientes condições de trabalho e de salário, originárias das mazelas do Estado para com o ensino público determinaram o afastamento dos homens deste ofício.

Não se pode deixar de citar que a partir de uma necessidade e interesse, diversas correntes de pensamento passaram a enfatizar as aptidões das mulheres para o magistério e a influenciar neste sentido.

Sabe-se que este processo não ocorreu por acaso, ele surge com o avanço do capitalismo industrial que estabelece uma hierarquia das profissões, agregando valor àquelas mais condizentes com as novas exigências do mundo industrializado e à sua ideologia.

É instituída a educação sob a tutela do Estado para os filhos dos trabalhadores. Nesse contexto, o magistério sofre significativos abalos fica a instituição dos sistemas de educação de massa, sob a organização do poder público.

Sendo assim, nada acontece isoladamente, a teia que permeia as intenções das ações, as quais são sutis, mas que estão impregnadas de intencionalidade a serviço do capital, na manutenção de uma ordem social vigente. Não esta dissociada da evolução sócio-econômica, estrutura do poder político e suas influências na sociedade como um todo.

Vivia-se em uma época de avanço da revolução industrial, a transformação do modelo econômico mundial, a expansão do mercado capitalista, o movimento anti-escravagista, a presença de uma forte crise social e a necessidade de expansão de sistemas nacionais de educação. Apelos constantes começaram a ser feitos às mulheres, com destaque para os seus diferentes papéis familiares como filhas, irmãs, esposas e mães, enfatizando suas responsabilidades para com o bem estar de suas famílias e de sua pátria.

Ao retratar o processo criação da Escola Normal de Curitiba, o ingresso da professora Júlia Wanderley e também dar o devido valor a sua atuação enquanto sujeito da própria história, Júlia não é só pioneria ao ingressar na escola normal, ela acabou sendo eleita como um divisor de água para a história da Educação Paranaense, não apenas por ter sido a primeira mulher a Ingressar na Escola Normal, mas pela honrosa contribuição que deu ao Magistério, através de toda uma vida de dedicação a serviço da educação. Sendo assim, está-se reconhecendo, testemunhando e valorizando a sua contribuição para a história da educação paranaense e possibilitando a devida visibilidade como os demais intelectuais paranaense.

Falar da Instrução no Paraná é inevitavelmente um convite a abordagem da contribuição intelectual desta professora que contribuiu e influenciou uma geração através de sua prática, escritos e com exemplo de trabalho .

Neste breve relato, o qual tenta de forma modesta evidenciar importância da professora Wanderley, o seu espírito pioneiro e a contribuição desta professora no que tange a formação, profissionalização e a inserção da mulher no exercício do magistério, bem como sua luta incessante e assim dizia: “Querida a mulher instruída e educada, meiga e forte”. (PILOTTO, 1974). Seus textos deram um testemunho, naquele contexto histórico, de que as mulheres podiam ser tão cultas quanto os homens. Júlia foi capaz de interferir no contexto social e cultural.

Júlia contribui para novo discurso que rompeu com os estereótipos, o lugar comum, as expressões do bom senso, seu engajamento para com a educação paranaense. Um feito que merece a nossa atenção e que com certeza não finda neste trabalho singular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: algumas reflexões. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n 96. P 71-78, fev. 1996.

ARAUJO, H. As Mulheres Professoras e o Ensino Estatal. Educação e Realidade, Porto Alegre, v 16, n 02, jul/dez. 1990.

COSTA, Albertina de Oliveira. Protagonistas ou Coadjuvante: Carlota e os Estudos Feministas. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n 96, p. 66-70, fev. 1996.

CORREIA, Leoncio. Meu Paraná. Departamento de Imprensa Nacional. 1954.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução

GALHARDO, Maria Manuela. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 245p.

LOURO, E. M. T. Prendas e Antiprendas: Educando a Mulher Gaúcha. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 11, n 02, jul/dez. 1986.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A Primeira escola de Professores dos Campos Gerais – PR. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

PERES, Regazzini Tirsa. A Instrução Secundária Feminina No Brasil: 1889-1930. Didática, São Paulo, 15: 35-43, 1979.

PILOTTO, Osvaldo. JÚLIA WANDERLEY. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. VXXIV. 1974.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). Fontes, História e Historiografia da Educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.). História e História da Educação. O debate teórico-metodológico atual. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998.

TRINDADE, E.M. de C. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. História: Questões & Debates. Curitiba, n 20/21, jun./dez. 1990.

VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História: Ensaios de Teorias. Ed. Campus, Rio de Janeiro. 1997.

VENTURIN, Teresinha. Processo de institucionalização da formação da mulher no século XIX. Veritas, Porto Alegre, V 01, n 01, nov. 1955.

Fontes Primárias:

INSTRUÇÃO Feminina. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano VI, n 08, pg 14, 1981.

ESCOLA de Nível Superior. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XII, n 21, pg 28, 1987.

ENSINO Elementar. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XII, n 20, pg 31 e 32, 1987.

DA INSPETORIA Geral da Instrução Pública: A Secretaria de Educação 1854 - 1988. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XIII, n 23 pg 35 a 42, 1988.

O PRIMEIRO Mestre da Escola de Curitiba. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XI, n 19, pg 15 a 16, 1986.

O MAGISTÉRIO é o Fundamento que Criou Raízes no Meu Coração. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XI, n 19, pg 43 e 44, 1986.

UNANIMIDADE Aprovada. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XIII, Ano XIV, n 25, pg 13 e 14, 1989.

EDUCAÇÃO: Lição que vem de um passado distante. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XIX, n 15, pg 21, 1984.

ENSINO Elementar. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano VII, n 10, pg 36 e 37, 1982.

EDUCAÇÃO - 1858. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XIX, n 14, pg 48 a 51, 1984.

A EDUCAÇÃO do Povo. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano VI, n 09, pg 17, 1981.

INSTRUÇÃO Feminina. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano VI, n 08, pg, 14 1981.

ENSINO Primário em 1854. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano IV, n 04, pg 47 a 50, 1979.

GALERIA de Honra. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano XIII, n 22, pg 12, 1988.

O GERMEN do Atraso da Instrução. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano V, n 07, pg 6, 1980.

LEI para Criação de Escola Normal. Boletim do Arquivo do Paraná, Curitiba. Ano IV, n 05, pg 16, 1979.

Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Dr. Moysés Marcondes, ao Presidente da Província, 1882 .

Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública I Bento Fernandes de Barros, ao Presidente da Província, 1870.

Relatório da Secretaria do Interior da Justiça e da Instrução Pública Caetano Alberto Munhoz, em 31 de agosto de 1893,

Gazeta do Povo, Vida e Cidadania, 26 /07/2009, pg. 14.

Gazeta do Povo, 15/10/1972.

Gazeta do Povo, 23/09/1924.

Gazeta do Povo, 24/03/1925.

Gazeta do povo, 1/08/1996.

Diário dos Campos Gerais, 03/09/1974.

Diário da Tarde, 5/4/1925

O Estado do Paraná, 04/07/1974.

O Estado do Paraná, 23/08/1974.

Diário Oficial do Estado do Paraná , 26 de julho de 1918.

Comércio do Paraná, 2/05/1925.

A República, 5/7/1893.

Notas:

¹ Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Coordenadora do Grupo de pesquisa História e Sociedade nos Campos Gerais-PR (HISTEDBR -UEPG).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, membro do Grupo de pesquisa História e Sociedade nos Campos Gerais-PR (HISTEDBR -UEPG).

Recebido em: 16/03/11

Aprovado em: 22/05/11